



CÂMARA MUNICIPAL DE IRATI - PR

Rua Dr. Correia, 139 - Fone/Fax: (42) 3423-2344
CEP 84500-000 - Irati - PR

PARECER DA ASSESSORIA JURÍDICA

**Objeto: Parecer sobre o Projeto de Lei nº 01/2017 que:
“Institui o Programa de Recuperação Fiscal – REFIS, no
Município de Irati e dá outras providências.”**

Vistos, etc.

Foi recebida, por esta Assessoria, solicitação oriunda da Presidência do Legislativo para a elaboração de parecer sobre o Projeto de Lei em epígrafe, a teor do disposto no art. 2º, II e IV, da Resolução nº 04/2015.

Trata-se de projeto de lei, de iniciativa do Prefeito Municipal, destinado a instituir o Programa de Recuperação Fiscal (REFIS), no Município, o qual foi lido na sessão de instalação datada de 6 de fevereiro de 2017.

É o sucinto relatório.

FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA

O presente projeto foi analisado em seus aspectos legais e constitucionais.

A Lei Orgânica Municipal – LOM, no seu art. 52, inciso I, estabelece a competência do Prefeito para iniciar projetos de leis. Por sua vez, o Regimento Interno desta Casa Legislativa, no seu art. 106, incisos IV e V, atribui ao Prefeito a iniciativa privativa de Projetos de Lei que importem aumento ou diminuição de receita ou disponham sobre matéria financeira.

Como se pode notar do texto da proposição, trata-se de projeto de lei específico sobre o parcelamento de créditos tributários municipais, com vistas



CÂMARA MUNICIPAL DE IRATI - PR

Rua Dr. Correia, 139 - Fone/Fax: (42) 3423-2344
CEP 84500-000 - Irati - PR

a abranger montantes devidos e não pagos relativos a IPTU – Imposto Predial e Territorial Urbano, ISSQN – Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, Contribuição de Melhorias e demais tributos municipais, exceto o ITBI – Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis, vencidos até 31 de dezembro de 2016, constituídos ou não, inscritos ou não em dívida ativa, ajuizados ou não, com exigibilidade suspensa ou não, inclusive o saldo remanescente dos débitos consolidados no Programa de Recuperação Fiscal – REFIS, de que trata a Lei Municipal nº 4004/2015.

Destarte, entende-se que trata-se de matéria privativa do Chefe do Poder Executivo, uma vez que diz respeito à política tributária e fiscal do Município.

Diante do exposto, conclui-se que a proposição apresentada pelo Chefe do Poder Executivo Municipal não possui óbice de natureza constitucional e/ou legal, razões pelas quais opina-se pela regular tramitação do projeto, nos termos regimentais.

É o parecer.

Irati/PR, 10 de fevereiro.

ALAN GREGORY RETKVA
Assessor Jurídico (OAB/PR nº 82.996)